

Da posição e da deposição histórica do valor

Autor: *Eleutério F. S. Prado*

Área 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Subárea 3.3: Socialismo

Seção Ordinária

Resumo

A teoria do valor em Marx não é propriamente uma teoria do valor-trabalho com validade transistórica. É, isto sim, uma teoria do trabalho como ‘valor’, cuja validade está restrita ao modo de produção capitalista. Na história, o ‘valor’ não é posto de imediato em seus primórdios e nem vai ser deposto de uma vez em seu fim – quando, então, é suprimido politicamente para dar lugar a uma sociedade transparente. Ao invés, passa por um processo de formação e de desformação. O ato revolucionário vindouro que acaba com a regulação inconsciente do processo de produção e instaura o socialismo não deixa de ser precedido pela deterioração das condições necessárias para a formação do valor já no capitalismo.

Abstract

The theory of value in Marx is not really a theory of labor value with trans-historic validity. It is, rather, a theory of labor as 'value', whose validity is restricted to the capitalist mode of production. In history, the 'value' is not posit immediately in its beginning and will not be overthrown at once in the end – when is politically removed to open the possibility for a transparent society. Instead, it goes through a process of formation and deformation. The upcoming revolutionary act that ends the unconscious regulation of the production process and establishes socialism is preceded by the deterioration of the conditions necessary for the formation of the value already in capitalism.

Da posição e da deposição histórica do valor

Eleutério F. S. Prado

Introdução

Este artigo versa sobre a categoria ‘valor’¹ e, por isso, começa com uma consideração sobre o conteúdo do primeiro parágrafo de *O Capital*, o qual é decisivo para a interpretação da obra. Aí se indica, sem que se possa ter qualquer dúvida, que o escrito como um todo, do começo ao fim, trata do que se costuma indicar abreviadamente por capitalismo; pois aí está indicado claramente que o seu objetivo primordial vem a ser compreender “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista”. Está dito nesse mesmo parágrafo, ademais, que essa riqueza “aparece como uma imensa coleção de mercadoria” e que “a mercadoria individual” é a “sua forma elementar” (Marx, 1983A, p. 45). Logo, implicitamente, já está dito aí, também, que a riqueza assim apreendida é precisamente uma aparência e que esta aparência precisa ser examinada em primeiro lugar.

A tradição marxista que viu nos seus três primeiros capítulos da obra uma teoria preliminar sobre um suposto modo de produção mercantil simples parece, pois, totalmente equivocada. O livro primeiro de *O Capital* trata do processo de produção do capital e, com este desiderato, começa pela mercadoria. A explicação para esse aparente paradoxo é que o método de Marx, a apresentação dialética deste objeto de estudo altamente complexo que é o modo de produção capitalista, impõe-lhe duas exigências consideráveis: a) começar por sua aparência; b) começar pela manifestação mais ordinária, mais simples da riqueza aí produzida. Os capítulos iniciais de *O Capital* tratam da mercadoria e do dinheiro porque essas duas formas sociais são constitutivas da circulação do capital, que Marx já compreende – e o indica – como aquilo que primeiro aparece no processo de produção e reprodução do capital como um todo. Mas o capital, também por exigência do método, não pode ser apresentado no início da exposição, mas sim, ao contrário, tem de ser derivado logicamente a partir da mercadoria e do dinheiro, no próprio curso dessa exposição.

O teor das considerações postas nos dois primeiros parágrafos do presente artigo já indica que se está aqui acompanhando de perto o esforço interpretativo de Ruy Fausto desenvolvido no livro primeiro de *Marx: Lógica e Política* (1983)². Esse autor explica que o método de Marx não é exterior ao objeto estudado, mas, ao contrário, vem a ser uma lógica que procura respeitar a sua constituição objetiva; tem-se, portanto, “uma teoria da ciência que é ao mesmo tempo uma teoria do objeto” (Fausto, 1983, p. 142). É também desse autor, a tese segundo a qual o objeto da seção I de *O capital*, denominada de *Mercadoria e Dinheiro*, “é a teoria da circulação simples enquanto aparência do modo de produção capitalista” (Fausto, 1983, p. 144). Fausto explica, também, que

Marx começa pela mercadoria e não pelo dinheiro porque o dinheiro é mais complexo do que a mercadoria. Nesse sentido, pode ser derivado a partir dela num percurso expositivo que antecede a apresentação lógica do capital propriamente dito. Ademais, se Marx começa pela mercadoria é porque a apresentação dialética – explica ainda – vem a ser sempre a passagem da aparência à essência, considerando a aparência como constitutiva do próprio objeto – e não como uma ilusão que se deve superar em definitivo.

No texto que se segue argumenta-se em favor de uma tese que aqui, para facilitar o andamento de sua leitura, é resumida por meio de afirmações diretas. Pretende-se mostrar, em primeiro lugar, que a categoria ‘valor’, quando considerada como uma forma social inconsciente que regula efetivamente as relações entre os homens, vigora em exclusivo no modo de produção capitalista. E que, portanto, não se pode falar em ‘valor’, no sentido preciso de um regulador imanente das relações econômicas, nem antes e nem depois do capitalismo. Nessa linha, pretende-se arguir que antes do capitalismo, ou seja, na economia mercantil que existia nos interstícios dos modos de produção anteriores, escravista e feudal, o valor era apenas proto-valor. Ainda que expressão de trabalho posto na produção, por razões a ser expostas, era ainda incapaz de presidir as relações de troca de mercadorias. Por outro lado, pretende-se defender a tese de que após o capitalismo, a produção de riqueza real não pode e não deve, por força do próprio projeto político de Marx, ser regulada por uma “mão invisível” que atua independentemente da consciência dos homens.

Mas isto não é tudo – na verdade, os pontos acima arrolados vêm a ser apenas a base primeira de uma proposta teórica mais ampla, exposta aqui sinteticamente para ser desenvolvida ao longo do texto. Pretende-se sustentar uma tese sobre o ‘valor’ que desafia o consenso e tem certa originalidade no interior do marxismo. A primeira proposição dessa tese se assenta explicitamente no que já foi dito nos parágrafos anteriores: a teoria do valor em Marx não é propriamente uma teoria do valor-trabalho, a qual teria certa validade transistórica, mas sim uma teoria do trabalho como ‘valor’, cuja validade está restrita as condições presentes exclusivamente pelo modo de produção capitalista.³ A segunda proposição diz que, ao longo da existência histórica do capitalismo, o ‘valor’ não é posto de imediato em seus primórdios e nem vai ser deposto de uma vez em seu fim – momento em que, finalmente, é suprimido politicamente –, mas passa por um processo de formação e de desformação que corre por várias décadas. Pois, o ato revolucionário vindouro que acaba com a regulação inconsciente do processo de produção não deixa de ser precedido pela deterioração das condições necessárias para a formação do valor já no capitalismo.

Pretende-se sustentar essas proposições a partir da leitura interpretativa de textos do próprio Marx. Entretanto, tem-se perfeita clareza que elas, em particular, a segunda antes mencionada, não

se encontram perfeitamente explicitadas nos textos desse autor. Em consequência, o importante para alguém que eventualmente deseje criticá-las no futuro não será afirmar que não se encontram claramente em seus escritos, mas sim que entram em contradição com o sentido de sua obra como um todo. É evidente que este artigo está escrito na suposição de que essas teses estão em perfeita concordância com os propósitos críticos e revolucionários do próprio Marx.

Antes de passar a defender o primeiro ponto acima arrolado, é preciso fazer aqui um esclarecimento sobre certas categorias empregadas neste e em outros textos para apreender o evoluir do valor no capitalismo. As categorias antitéticas “posição” e “deposição”, usadas no título deste artigo, mantêm uma referência ao processo histórico do desenvolvimento da relação de capital. A primeira faz referência a um estágio no desenvolvimento do capitalismo em que se criam as melhores condições para a formação do valor e a segunda indica um estágio subsequente em que essas condições sofrem uma deterioração progressiva. Tal como as categorias de geração e corrupção da filosofia de Aristóteles, elas sugerem que o processo de regulação social por meio do valor percorre um ciclo evolutivo que pode ser caracterizado por um estágio de origem e fortalecimento e por um estágio posterior de enfraquecimento e desaparecimento possível. Aqui se privilegiam essas categorias, mas o processo que elas procuram abranger já havia sido encarado em trabalhos anteriores, tentativamente, de um modo lógico, por meio do emprego de categorias antitéticas relacionadas ao valor enquanto medida, tomando esse último termo, explicitamente, como elemento da lógica hegeliana.

Nessa perspectiva, o ‘valor’ é a medida socialmente válida do trabalho no capitalismo e, como tal, é uma unidade de certa qualidade e de certa quantidade. Marx, como se sabe, define essa qualidade como trabalho abstrato e essa quantidade como tempo de trabalho socialmente necessário. Seja o que for essa abstração – e este ponto será discutido depois –, ela tem de estar sendo feita socialmente para que a medida ‘valor’ possa estar existindo e, assim, estar regulando o funcionamento do modo de produção como um todo. As condições históricas em que ela passou a ser feita e em que se manteve e se mantém precisam, portanto, ser examinadas com certo cuidado. Nesse momento, porém, é preciso adiantar certas considerações bem abstratas sobre medida em geral, as quais se aplicam também à medida ‘valor’.

A medida é determinação do ser; todo ser, portanto, tem uma ou mais medidas que lhe são próprias. A medida em geral, que dá expressão a uma quantidade, pressupõe sempre que uma determinada qualidade esteja presente no ser em questão. Admitindo que este seja o caso, é preciso ver que as determinações quantitativa e qualitativa da medida, nessa espécie de ser, são indiferentes entre si apenas até certo ponto. Assim, dada certa qualidade, a quantidade que lhe corresponde pode ser maior ou menor, sem que a medida como regra interna ao ser seja mudada. Mantida a qualidade,

em cada ser dessa espécie que se apresente na realidade, a mesma regra dita que uma quantidade determinada ou quantum encontra-se ali presente. Porém, se a variação da quantidade for excessiva, se extrapolar certos limites, isto implicará na mudança da própria qualidade definidora da medida, a qual, também, necessariamente, terá de mudar. A variação que infringe os limites originais é uma variação que produz uma desmedida e, assim, o aparecimento de outra medida.

O exemplo que ilustra esse modo de mudança do ser é bem clássico: ao se aumentar, além de certo ponto, a quantidade de calor da água, esta se transforma em vapor; assim, ao invés de uma quantidade determinada de água passa-se a ter uma quantidade determinada de vapor. Ao ultrapassar certo limiar de agitação térmica, expresso por certa temperatura, a mudança da determinação quantitativa do ser em questão muda a sua natureza qualitativa e, assim, muda também a própria medida que lhe é própria.

Mas a mudança que afeta a qualidade da medida pode ser muito significativa. Quando a qualidade que define a medida se altera de modo muito intenso porque mudam as condições que a determinam, que fazem dela o que ela é, a própria medida como regra pode ser completamente deposta. O exemplo aqui também pode ser trivial: a água pura ou mais ou menos pura é transparente e, por isso, possui de um modo inerente uma medida de translucidez; mas a água muito suja por impurezas de toda espécie deixa de ser límpida, de tal modo que a medida anterior perde totalmente a sua adequação; impõe-se agora à água uma medida de turvamento, a qual vem a ser a negação da antecedente. Neste caso, a mudança da qualidade tem como efeito a completa derrogação da medida específica antecedente – mas não, é claro, da medida em geral, porque esta é uma propriedade genérica de todos os seres.

Assim, por exemplo, o ‘valor’ é uma medida que atua no inconsciente da sociedade atual, regulando a produção e a circulação de mercadorias, mas a regra imanente que o constitui como medição do trabalho, em certas circunstâncias, pode ser deposta. Se as condições que definem o trabalho qualitativamente como uma substância capaz de gerar ‘valor’ mudam profundamente no curso da história, essa medida não poderá permanecer atuando reprodução da sociedade e terá de ser substituída por outra que lhe seja mesmo contrária. Pretende-se sugerir no curso deste artigo que o ‘valor’, ao longo do desenvolvimento da sociedade atual, terá de ser substituído por uma medida de trabalho cuja característica central é ser consciente. Esta deverá ser criada propositadamente para regular as trocas de bens e serviços numa sociedade que funciona de modo descentralizado e que vem a ser planejada democraticamente. Ora, essa mudança da medida da riqueza, que deixa de ser riqueza burguesa para se tornar riqueza humana, só pode ocorrer com a superação do capitalismo.

Para expor o argumento que chega a essa conclusão será necessário cumprir uma série de etapas no interior das quais se procurará simplesmente reinterpretar momentos privilegiados da

dialética da relação de capital exposta por Marx. Na primeira seção que se segue, pretende-se discutir a categoria de trabalho abstrato para mostrar, primeiro, em que consiste a abstração constitutiva do valor e, ao mesmo tempo, quais são as propriedades qualitativas do trabalho que serve de suporte para a sua criação. Nessa mesma seção, em complemento, buscar-se-á mostrar mais uma vez que o valor, como categoria da produção, só existe plenamente no sistema do capital. E que, portanto, ele não pode existir enquanto tal nem antes e nem depois do capitalismo. Com ênfase especial, argumentar-se-á então que ele não poderá prevalecer no socialismo, entendido este como um modo de produção que poderá vir a existir – mas que ainda não existiu na história do homem –, pois se configura como um modo transparente de organização das atividades voltadas para a reprodução das bases materiais da sociedade, sendo por isso verdadeiramente distinto do capitalismo.

Na segunda seção que se segue, quer-se mostrar, primeiro, que a cooperação e a manufatura, caracterizadas pela subsunção formal do trabalho ao capital, são aqueles desenvolvimentos do modo de produção capitalista em que se criam e também se afirmam cada vez mais as condições para a formação do valor. A grande indústria, caracterizada pela subsunção formal e real do trabalho ao capital – quer-se mostrar em sequência –, é o modo de produção no interior da produção capitalista em que se dão as melhores condições históricas para a formação do valor. Em sequência, pretende-se mostrar que no próprio desenvolvimento do modo de produção da grande indústria se engendram já as condições para a deposição do valor como regulador inconsciente da produção e da circulação de mercadorias – e, assim, da deposição das próprias mercadorias como forma elementar de riqueza. Para tanto se fará uso da categoria de modo de produção da pós-grande indústria, o qual já foi apresentado em outros trabalhos prévios. Finalmente, na última seção deste artigo, pretende-se discutir – ainda que sem ir muito longe – a regulação social possível do modo de produção pós-capitalista.

Da abstração real

Como já se observou antes, Marx começa pela mercadoria, notando que ela, na aparência, é valor de uso e valor de troca. O valor de uso enquanto significado socialmente válido está assentado – sem se resumir a elas – nas propriedades materiais da coisa ou do serviço útil. O valor de troca mostra-se como relação exterior entre duas mercadorias: eis que, numa troca qualquer de mercadorias, ocorre uma igualação de valores de uso de diferentes espécies e isto se afigura já como um quiproquó. Para solucionar o enigma dessa incongruência aparente (mas não falsa), Marx chega ao valor intrínseco. Pois, o que é igualado na troca, sob a aparência de uma igualação de desiguais, é o valor interno das mercadorias. Para explicar esse valor intrínseco, como se sabe, Marx chega ao

trabalho abstrato. Até esse ponto o marxismo corrente chega sem grande dificuldade, mas a partir daí instala-se em seus domínios uma enorme confusão interpretativa. Afinal, o que vem a ser o trabalho abstrato? Mesmo sendo, sem qualquer dúvida, uma categoria central da crítica da economia política, a divergência entre os marxistas sobre essa questão é enorme e tem sobrevivido por décadas e décadas.

Ficando em textos recentes, Carchedi, por exemplo, concebe o trabalho abstrato como algo material: “para Marx” – diz ele – “o trabalho abstrato é (...) o gasto de energia humana independentemente, ou seja, por abstração, das formas específicas, concretas que assume (trabalho concreto)” (Carchedi, 2011, p. 60). Já Postone afirma, em sentido contrário, que “o ‘trabalho abstrato’ não se refere simplesmente ao trabalho concreto em abstrato, ao ‘trabalho em geral’, mas vem a ser uma categoria de diferente tipo” (Postone, 2004, p. 58). A divergência entre esses dois autores afigura-se como completa: para um deles, o trabalho abstrato é geral e material e, para o outro, não é geral nem material. Mesmo se Postone se afasta de uma leitura vulgar do texto de Marx – e isto ficará claro mais a frente –, ele não resolve bem a questão que enfrenta. Ora, se não se é capaz de explicar precisamente qual vem a ser a diferença na identidade entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, a confusão não pode deixar de prosperar.

As leituras tradicionais – explica Fausto – “identificam ingenuamente trabalho abstrato e trabalho em geral” (Fausto, 1983, p. 90). Dessa assunção decorrem, então, duas possibilidades: ou a categoria é apreendida meramente como um conceito subjetivo ou é considerada como mera reflexão na consciência do esforço fisiológico envolvido no ato de trabalhar (esta é, aliás, a posição de Carchedi). No primeiro caso, o trabalho abstrato poderia existir, no máximo, como uma realidade intersubjetiva. No último caso, o trabalho abstrato seria exatamente equivalente “ao dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (Marx, 1983A, p. 51). Dado que se apresentou agora uma citação do próprio Marx, Carchedi parece estar totalmente correto em sua compreensão da categoria “trabalho abstrato”. Não deveria haver dúvida, porém, que ele está bem errado. É preciso, no entanto, explicar a razão de seu equívoco.

O primeiro ponto a observar é que há leituras inovadoras e que estas, como a de Postone acima referida, tratam essa dimensão do trabalho como uma abstração real, ou seja, como algo que decorre de uma operação lógica que acontece objetivamente no processo social. São, pois, os homens que fazem essa operação por meio de sua ação social articulada coletivamente, mas eles não a reconhecem enquanto tal. Segundo Marx, a abstração constitutiva do valor é posta pela atividade produtiva dos homens em sociedade, mas eles não sabem que ela está sendo feita objetivamente. Fausto indica, ademais, por meio de citações explícitas do texto de Marx, que essa abstração não é uma generalização, mas sim uma redução. Se o gênero é constituído logicamente

pela conservação das determinações qualitativas das espécies, a redução é formada a partir da retenção de uma determinada qualidade, a qual é possuída em comum pelas espécies em questão, mas consiste propriamente na fixação da determinação quantitativa que lhe está associada. Só porque diferentes trabalhos são resolvidos em trabalho qualitativamente igual e, assim, em quantum de tempo de trabalho, é que o trabalho pode ser substância do valor. E mais, só assim o valor pode figurar como a medida socialmente válida do trabalho no capitalismo.

A generalização e a redução, no entanto, mesmo sendo duas operações distintas entre si, não se excluem uma da outra completamente na formação do valor. Pois, para que a redução se realize, ou seja, para que seja posta socialmente, é preciso que esteja pressuposta na realidade uma generalidade objetiva. Quando Marx aponta que todo trabalho concreto é, ao mesmo tempo, um gasto fisiológico de energia humana, ele está apontando precisamente para a generalidade que serve de suporte para a redução dos trabalhos concretos a trabalho abstrato. Entretanto, se essa generalidade fornece a sustentação e a possibilidade dessa redução, ela mesma não é ainda “trabalho reduzido”, ou seja, “trabalho abstrato”.

O “gasto de energia humana” participa do modo de ser do trabalho em todas as suas manifestações.⁴ Todo trabalho, desde o momento imemorial em que se pode falar que o homem trabalha, implica verdadeiramente num dispêndio de músculos, cérebro etc. Mas a redução de que se trata não vai dessa materialidade à outra. Veja-se de início que essa abstração não ocorre com o trabalho em toda a sua existência histórica. Ela só acontece como resultado do contínuo travamento das relações sociais de mercadoria, dinheiro e capital que marcam a sociedade moderna. Se a generalidade “gasto de energia humana” é o suporte da redução, a própria redução tem por base e se realiza no processo social característico do capitalismo. O trabalho abstrato surge do trabalho concreto por meio de um processo de emergência (um salto qualitativo) em que o trabalho concreto – por ser também dispêndio em geral de energia humana – funciona como suporte para a constituição do trabalho abstrato. Ora, essa passagem indica uma mudança qualitativa, uma negação determinada ocorrente na própria realidade; em consequência, é possível afirmar, com o rigor que a matéria exige, que um e outro, o trabalho concreto e o trabalho abstrato, formam uma contradição dialética.

Essa redução, ademais, vem a ser a passagem de uma realidade material para uma realidade imaterial, portanto, para uma realidade que tem, até certo ponto, a natureza de um espírito objetivo. Ora, essa realidade imaterial que se encontra impressa na realidade material que lhe dá suporte é constituída pela própria sociabilidade capitalista. É por isso que Postone, sem explicar adequadamente, diz que “o trabalho no capitalismo tem também uma função social única que não é intrínseca à atividade laboral em si mesma: faz a mediação de uma forma quase-objetiva, inovadora,

de interdependência social” (Postone, 2004, p. 58).⁵ Dito de outro modo, o trabalho como valor é uma mediação social suprassensível que vincula de modo objetivo – o valor, obviamente, possui uma objetividade espectral e não uma objetividade estritamente material – inúmeros produtores privados, grandes e pequenos, diligentes ou simplesmente mais espertos, formando um sistema produtor de mercadorias. E o faz de um modo não transparente, suscitando, por isso, uma ilusão social muito eficaz segundo a qual esses produtores funcionam como se fossem independentes entre si – ou seja, como agentes ou indivíduos. Esses indivíduos, obviamente, têm agência e é por meio dela que reproduzem o existente, mas, apesar disso, eles não podem ser considerados como agentes autônomos; pois, o sistema social que reproduzem e em que se atarefam cotidianamente é já fonte de heteronomia, a qual assume uma existência objetiva, maciça, indiferente e mesmo estranha perante eles próprios.

Nesse sistema, as relações sociais não são diretas, mas sim mediadas por coisas; rigorosamente, tem aí relações sociais entre coisas. Por isso, esses indivíduos econômicos argentários, assim como os teóricos que os apoiam no campo da ciência, só enxergam no travamento dessas relações as suas manifestações aparente e triviais, em particular, os preços das mercadorias. Estes pertencem obviamente à esfera do consciente na sociedade mercantil moderna, mas os valores, que se manifestam por meio deles sem se anunciarem como tais, pertencem à esfera do inconsciente social. A relação entre esses últimos e as suas manifestações sensíveis não é linear ou mesmo simplesmente causal; de fato, o processo que produz o valor, produz ao mesmo tempo os preços. O valor regula internamente os preços, mas essa regulação não se estabelece por meio de regras que passam no consciente dos produtores e são assim aplicadas; ao contrário, ela se dá de maneira essencialmente cega e anárquica, como não se tivesse qualquer regra. De qualquer modo, o sistema econômico é uma realidade objetiva que parece externa aos homens e que figura perante eles como se fosse natural. Como eles não têm consciência de que a produzem, as suas exigências objetivas se impõe a eles como a mesma força de um imperativo natural.

Uma pergunta crucial agora se impõe para aqueles que querem ir fundo no problema da redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato. Que condições estruturais são necessárias para que essa abstração ocorra no processo de reprodução da sociedade – um processo que não existiu e nem existirá sempre? Ora, o processo histórico de constituição do ‘valor’ é o próprio processo histórico de constituição da capacidade de trabalho como força de trabalho assalariada. Para tanto, como bem se sabe, a força de trabalho tem de ser transformar em mercadoria que, nessa condição e nessa forma, passa a ser vendida pelo trabalhador ao dono do dinheiro e investidor capitalista. O que este quer obter da compra de força de trabalho por certo período é o trabalho que ela é capaz de gerar nesse período – mas não em primeiro lugar pelos seus predicados enquanto trabalho produtor

de valores de uso. O capitalista não é um mecenas e não está interessado no esmero da execução e no grau de excelência de seus resultados. Para ele, basta que a mercadoria seja vendável.

Uma vez constituído historicamente esse modo de produção, as condições estruturais da formação do valor são duas e elas se complementam: é preciso que haja capital-dinheiro disposto a comprar força de trabalho; é necessário que haja trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho no chamado “mercado de trabalho”. Somente quando a força de trabalho se encontra contratada e, assim, subordinada ao capital é que se tem a primeira condição necessária para a constituição do valor no sentido estrito de quantum de trabalho abstrato. Mas essa condição não é ainda suficiente. Pois é preciso, também, que a capacidade de trabalho, assim subjugada formalmente ao capital, seja capaz de se inserir numa organização complexa de trabalho, comandada pelo capitalista. No interior dessa organização, ademais, ela tem de ser capaz de gerar, ainda como trabalho concreto, um fluxo de trabalho regular e homogêneo que possa ser medido adequadamente pelo tempo do relógio, ou seja, pelo tempo newtoniano. Para que isto ocorra, o trabalho tem de perder certas características tradicionais, uma dificuldade que o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista cuida de resolver.

A atividade que se mede desse modo não existe pronta nem na natureza nem na sociedade. Aqui é preciso ver que o trabalho é sempre já uma atividade teleológica, poente e reflexiva que mobiliza não apenas os músculos do corpo, mas usa também a inteligência, a emoção, enfim, a subjetividade do homem. O trabalho – especialmente quando ainda é processo de trabalho propriamente dito – é uma atividade complexa que mobiliza as capacidades subjetivas e objetivas do trabalhador. No empenho de trabalhar, o homem tem de usar as suas habilidades e os seus conhecimentos, pondo em ação também as suas preferências, emoções, capacidade crítica etc. Ademais, ele precisa adequar a sua atividade como um todo às condições objetivas em que o trabalho tem de ser desenvolvido e que lhe solicitam certos movimentos, forças, ritmos etc. Devido a sua própria natureza, mesmo quando é despido ao máximo de seu caráter humano, quando é transformado em uma operação adjunta ou complementar de uma máquina, o trabalho nunca chega a ser uma atividade puramente mecânica. Em consequência, ele também nunca é, em adição, perfeitamente mensurável pelo tempo mecânico. O trabalho, portanto, nunca é um puro operar, mas vem a ser sempre um operar turvado pela subjetividade do trabalhador. Apesar dessa inadequação de fundo, ele tem de ser assim considerado e assim medido no modo de produção capitalista.

Como as considerações acima se afiguram muito abstratas, uma comparação extrema pode ajudar a compreender aquilo que elas pretenderam dizer. É evidente, por exemplo, que o trabalho de um torneiro mecânico executado junto ao torno, numa fábrica capitalista qualquer, pode ser – e em geral costuma ser – medido pelo tempo; como bem se sabe, normalmente esse tipo de trabalho é

avaliado por sua produtividade, ou seja, pela quantidade de peças que é capaz de produzir por hora, dia, mês etc. Note-se, entretanto, que mesmo no interior do capitalismo e em qualquer momento de sua existência histórica, sempre existem atividades que não podem ser avaliadas pelo tempo. O trabalho concreto de um artista autêntico, por exemplo, do qual resulta um quadro admirável, apenas pode ser avaliado por suas qualidades estéticas – e não pelo tempo que o artista eventualmente gastou para realizá-lo. Que significado teria a informação de que Pablo Picasso dispendeu um dia inteiro para pintar a famosa *Guernica*? A produção artística que expressa o sofrimento gerado pelo bombardeio dos aviões alemães não pode ser avaliada pelo cronômetro. Ocorre que o torneiro mecânico não é um oposto absoluto do grande artista espanhol; ao contrário, todo trabalho humano, por mais trivial e rotineiro que possa se apresentar na realidade, sempre tem um quê de trabalho artístico.

A transformação da atividade produtiva do homem em um modo de atuar que pode ser medido e avaliado pelo tempo mecânico, ocorre no próprio processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, no processo por meio do qual ocorre a subordinação progressiva da força de trabalho ao capital. Marx discutiu essa questão sob os rótulos de subsunção formal e real do próprio trabalho ao capital em suas obras econômicas, portanto, também em *O Capital* e nos *Grundrisse*. Apenas quando o trabalho concreto pode já ser medido significativamente como quantidade determinada, ou seja, como quantum de trabalho – mesmo se isto ocorre na prática de um modo mais ou menos aproximado, imperfeitamente –, torna-se possível a transformação emergente do trabalho concreto em abstrato no processo social.⁶ Aqui é preciso perguntar mais uma vez: em que consiste essa abstração? Consiste numa redução qualitativa e quantitativa, pois, segundo Marx, “para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em breve, a trabalho que é quantitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente” (Marx, 1978, p. 137).

Dos limites do ‘valor’

Já se argumentou que ‘valor’ não é nem uma categoria transistórica nem uma categoria inerente à produção de todas as coisas necessárias à continuação da sociedade humana. Agora, chegou o momento de tratar dos seus limites históricos. Argumentou-se que ‘valor’ é uma forma social inerente e exclusiva do modo de produção capitalista. Agora é preciso perguntar: não há mesmo valor antes do capitalismo? Ao contrário do que pode parecer frente ao que já foi dito, não se pode responder a essa pergunta com um simples ‘sim’ ou com um simples ‘não’. Pois, nos interstícios dos modos de produção escravista e feudal sempre subsistiram núcleos de economia

mercantil em que sistematicamente circulavam e eram trocadas mercadorias, não apenas diretamente, mas também com a mediação do dinheiro. Como aí, nessas circunstâncias persistentes por séculos, também ocorria uma igualação de valores de uso diversos entre si tal como sucede na economia capitalista, parece correto pensar, preliminarmente, que se não existia aí a forma plena, deve ter existido pelo menos uma proto-forma do valor.

Note-se, agora, que as mercadorias transacionadas nesses espaços mercantis, os quais existiram e prosperaram no interior dos modos de produção pré-capitalistas, não eram produzidas em geral em unidades de produção em que prevalecia o trabalho assalariado. Mais do que isso, nem sempre os artigos aí transacionados eram produzidas propriamente como mercadorias. Muitas vezes, tinham origem em excedentes gerados nas atividades econômicas da produção escravista ou feudal que estavam voltadas em princípio para o autoconsumo; esses excedentes passavam, entretanto, a ser comercializados tendo em vista a obtenção de outros valores de uso, a acumulação de tesouro ou mesmo o financiamento de guerras. Os mercados da antiguidade e da época medieval eram abastecidos também pela pequena produção mercantil, isto é, pela produção de artesanal de valores de uso, a qual se voltada já, explicitamente, para o mercado. Mesmo sendo produção para outros, produção para ser trocada por dinheiro, resultava ainda de esforço virtuoso que visava por no mundo algo com uma qualidade determinada. Em resumo, de um modo ou outro, o trabalho dispendido nas mercadorias aí transacionadas não se encontrava ainda disciplinado pelo tempo, pela norma de produtividade e pelo imperativo do constante aumento da produtividade.

Ruy Fausto colocou assim a questão tratada neste seção do presente artigo: “em qual ou quais épocas se pode dizer que há trabalho abstrato e valor?” (Fausto, 1983, p. 107). Ele indica, então, que a resposta é bem difícil porque o próprio Marx escreveu que há e não há valor antes do capitalismo e que, portanto, parece haver uma contradição nos textos desse autor. Aqui, torna-se necessário fazer uma citação extensa de *O Capital* em que Marx fala explicitamente do valor no capitalismo e fora dele. Veja-se, primeiro, o que ele diz sobre o valor no capitalismo:

“Qualquer que seja o modo como os preços das várias mercadorias são, de início, fixados ou regulados reciprocamente, a lei do valor domina o seu movimento. Onde o tempo de trabalho exigido para produzi-las diminui, os preços caem; onde ele sobe, sobem os preços, com as demais circunstâncias constantes.” (Marx, 1983C, p. 138)

Veja-se, agora, o que ele diz, em continuação, sobre o valor nos modos de produção que antecederam historicamente o modo de produção capitalista:

“Abstraindo a dominação dos preços e do movimento dos preços pela lei do valor, é, pois, absolutamente adequado considerar os valores das mercadorias não só teórica, mas também historicamente, como o *prius* [predecessor] dos preços de produção. Isso vale para

condições em que os meios de produção pertencem ao trabalhador, e essa condição se encontra tanto no mundo antigo como no moderno, no caso do camponês cultivador de sua própria terra e no do artesão” (Marx, 1983C, 138).

É evidente, a tese de que só há valor no capitalismo estaria em contradição formal com o que se afirma nessa segunda citação, se ela não estivesse precedida de uma restrição (abstraindo a dominação...) ao peso de verdade da afirmação que se segue (é, pois, absolutamente adequado...). Pois, essa restrição consiste, precisamente, em por entre parênteses a influência quantitativa determinada e determinante do valor sobre os preços, presente no capitalismo, para poder fazer uma afirmação bem mais fraca e de sentido mais geral: há influência do tempo de trabalho gasto na produção sobre os preços das mercadorias antes do capitalismo, mas ele é pouco determinante; eis que falta ao tempo de trabalho a determinação de ser um quantum estabelecido no próprio processo social como um todo. Ora, isto é o mesmo que dizer que já se manifesta nos espaços mercantis pré-capitalistas não o valor tal como é posto historicamente pelo capitalismo, mas um proto-valor, ou seja, um valor que ainda não se encontra plenamente constituído, mas que vai sê-lo quando passarem a predominar as condições sociais postas pela existência do trabalho assalariado. E essa interpretação pode ser comprovada por outras explicações do próprio Marx, feitas ao longo de sua obra econômica como um todo.

Uma das mais importantes é o pequeno excursus sobre Aristóteles (em *Ética à Nicômaco*) a respeito do valor econômico que se encontra no primeiro capítulo de *O Capital*. O Estagirita compreendia já a mercadoria como valor de uso e valor de troca, chegando à conclusão que o valor de troca, relação de duas mercadorias diferentes quanto ao valor de uso, pressupunha a presença de algo igual nas duas mercadorias trocadas. E escrevera que “a troca não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade”. O que haveria, então, em almofadas e casas quando se estabelece a relação 5 almofadas = 1 casa? Após fazer essa afirmação, Aristóteles, entretanto, recua: “porém, em verdade, é impossível que coisas de espécies tão diferentes sejam comensuráveis, isto, é qualitativamente igual”. Considera, então, essa equiparação “somente um artifício para a necessidade prática” (*apud* Marx, 1983A, p. 62).

Marx, em sequência, argumenta simplesmente que Aristóteles chega a essa conclusão intrigante porque lhe falta o conceito de valor, ou melhor, de trabalho como valor: “a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho” (Marx, 1983A, p. 62). Mas, para o pensador moderno, mesmo se Aristóteles não fora capaz de deslindar o enigma, aproximara-se da solução; eis que já havia valor na economia mercantil que florescia na sociedade escravista antiga e este valor se manifestava também na troca de mercadorias. Pois se assim não fosse, o questionamento das limitações das

reflexões de Aristóteles não teria o menor sentido. Deve-se entender, portanto, que para Marx o valor estava lá, mas Aristóteles não podia ainda vê-lo. “O segredo da expressão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quanto o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular” (Marx, 1983A, p. 62).

Que os tempos de trabalho influenciavam as proporções das trocas, isto não pode haver qualquer dúvida, pois, mesmo na sociedade grega antiga, vale observar, ninguém trocava normalmente 1 almofada por 1 casa. Mas mesmo sendo assim, o tempo de trabalho não poderia regular aí as trocas de um modo bem determinado porque esse tempo não era ele mesmo regulado pelo capital – ao contrário, o tempo gasto na produção em geral era determinado pelo costume e pela tradição. Por isso mesmo, o valor apenas se fixava propriamente no ato da troca.

Mas qual vem a ser, então, a diferença na identidade entre o proto-valor e o valor no capitalismo. Sendo agora bem explícito, essa diferença consiste no tempo de trabalho socialmente necessário. No pré-capitalismo, o tempo de produção importava até certo ponto na definição das proporções de troca, mas esse tempo não estava ainda submetido à disciplina da época moderna: produzir sempre mais com dada quantidade de trabalho no interior das unidades de produção para poder competir melhor com as outras unidades. É isto, pois, o que diz Fausto: “Isto significa que antes do capitalismo, o valor não é, mas que ao mesmo tempo ele é. Antes do capitalismo, o valor não é, porque não há tempo de trabalho socialmente necessário. Isto significa que o tempo de trabalho constitutivo do valor não é posto na própria produção (não há um tempo social que tenha uma força coercitiva no nível da produção) e que o quantum de valor (ou antes, de “valor”) pelo qual as mercadorias são trocadas se constitui no nível das trocas (esse quantum não corresponde a cada tempo individual, mas ele não é senão uma resultante desses tempos individuais” (Fausto, 1983, p. 112). Para esse autor, a explicação de Marx faz sentido porque os limites do pensamento de Aristóteles estão postos na própria realidade. O proto-valor, forma primeira do valor historicamente, é somente pressuposto do ‘valor’ – eis que lhe falta uma determinação crucial. Ele está lá – e não está – “tanto na realidade da cidade grega como no pensamento de Aristóteles” – conclui.

No que se segue não se vai considerar explicitamente as diferenças de composição orgânica do capital, as quais existem de fato entre os diferentes ramos da produção capitalista. Segue-se assim, por razões de ordem expositiva, o mesmo procedimento de Marx em grande parte de *O Capital*. Dito de outro modo, para poder tratar de um modo mais direto a questão do valor após o capitalismo, ignora-se aqui o problema de sua passagem para os preços de produção. Se essa transformação tivesse sido considerada, seria preciso considerar explicitamente que não vem a ser, precisamente, o trabalho como valor que se impõe na realidade efetiva do capitalismo já constituído

como tal, mas sim o trabalho como preço de produção. Quando se considera o efeito das diferenças nas proporções entre capital constante e capital variável nos diversos ramos da produção, os valores se revelam apenas como pressupostos dos preços de produção (Fausto, 1983, p. 114-122).

Havendo discutido a questão do ‘valor’ antes, é preciso agora passar à questão do ‘valor’ após o capitalismo. A resposta procurada vem de maneira mais fácil quando se considera que a primeira crítica de Marx ao capitalismo não vem a ser que neste modo de produção há exploração do homem pelo homem, mas que aí as relações sociais assumem o caráter de fetiches e que, por isso mesmo, a própria exploração encontra-se naturalmente mascarada. E isto, segundo ele, a própria análise da mercadoria já revela: “o misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas” (Marx, 1983A, p. 71).

O fetichismo, portanto, consiste na confusão objetivamente estabelecida entre a forma da relação social constitutiva do capitalismo, isto é, a forma ‘valor’ do trabalho, com o suporte dessa forma, ou seja, com a naturalidade do corpo da mercadoria, fonte do valor de uso. Quando, na própria vida prática, naturaliza-se aquilo que não é propriamente natural, quando a relação social se apresenta coisificada, a coisa ‘natural social’ que porta a relação social surge como fetiche. E ele está presente em todos os modos objetivos de existência das relações sociais capitalistas, ou seja, na mercadoria e no dinheiro e, assim também, nos meios de produção, nos papéis financeiros, etc.

Sendo, portanto, o fetichismo a característica primeira do modo como as relações sociais se refletem para aqueles que delas participam, o pós-capitalismo – que ainda pode ser chamado, com certa dificuldade, de socialismo – apenas pode ser predefinido por meio de uma negação determinada antecipada. É o que faz Marx, quando na própria seção sobre o fetichismo da mercadoria, anuncia que o capitalismo só será superado quando puder ser superado o fetichismo da mercadoria, do dinheiro, ou seja, de todos os modos de existência da relação social de capital. O trecho em que essa posição é tomada fala por si mesmo:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias da vida cotidiana, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá de seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob o seu controle consciente e planejado. (Marx, 1983A, p. 76).

Logo, não poderá haver ‘valor’ depois do capitalismo. Ora, diante dessas considerações do próprio Marx, era possível prever que a tentativa de construir o “socialismo” sem abolir o ‘valor’

estava, desde o início, condenada ao fracasso. O “socialismo” assim criado nunca passou de um não-capitalismo aparente, uma anomalia que nunca funcionou direito e que sonegou a possibilidade de realização do homem como homem tanto quanto o capitalismo.

Posição do valor

Se a primeira condição para a existência do ‘valor’ é o trabalho assalariado, a segunda, que apenas completa a anterior, é que muitos trabalhadores passem a vender a sua força de trabalho para um mesmo capitalista e que, sob o seu comando, cooperem na produção de mercadorias. Pois, em *O capital* está escrito que “a produção capitalista começa (...) de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores” (Marx, 1983A, p. 257). Esse autor explica, então, que aqui se tem um caso em que uma mudança quantitativa gera uma mudança qualitativa. Assim que muitos trabalhos passam a ser executados em conjunto, numa mesma unidade produtiva, surge uma tendência para a dissolução progressiva das capacidades modestamente artísticas dos trabalhadores e para a crescente funcionalização dos trabalhos desenvolvidos individualmente. Com tudo isto, no dizer de Marx, passa a se formar já um “trabalho social médio”. E é precisamente nessa condição de certa indiferença de uns em relação aos outros, enquanto massa de trabalho utilizada na produção, que o tempo de trabalho conta na formação do valor.

A reunião de muitos trabalhadores que executam o mesmo processo de produção ou processos de produção diversos entre si, mas interligados, e que operam sob a direção planejadora de um mesmo capitalista, é chamada, por Marx, de cooperação simples. E ela, ao passar a existir, não deixa intacto os processos de produção que herda e que eram levados a efeito em pequena escala na produção dita artesanal. Ao contrário, por diversas razões, mesmo sem mudar substantivamente o modo de fazer as coisas, provoca já transformações que engendram um aumento da produtividade do trabalho.

A cooperação sistemática como maneira de produzir as coisas é uma revolução organizacional originada pelo advento do modo de produção capitalista e que deve permanecer além dele, pois, depois que passou a existir, impôs à produção deixar definitivamente de ser individual ou familiar para se tornar cada vez mais social e crescentemente abrangente. Ainda no interior do capitalismo, Marx distingue dois outros modos de cooperar e produzir: a manufatura e a grande indústria, os quais se caracterizam precisamente por modificar fortemente não apenas a escala da produção, mas o próprio modo de produzir. O primeiro muda o modo de fazer as coisas, como se sabe, por meio da divisão progressiva do trabalho e o segundo o faz por meio da crescente introdução da maquinaria – mesmo que a sua finalidade precípua não seja aprimorá-lo. Ao

contrário, introduz mudanças nos processos de produção não porque tem por objetivo melhorar a produção de valores de uso, mas sim porque visa o lucro incessante.

Ao se estudar a caracterização das etapas de desenvolvimento da relação de capital feita por Marx, percebe-se que as condições para a formação do valor ocorrem em um processo histórico que se inicia com a cooperação simples de muitos trabalhadores assalariados, continua na manufatura e se completa na grande indústria. O período da manufatura dura cerca de duzentos anos, iniciando-se logo depois das grandes navegações, em meados do século XVI. O período da grande indústria se inicia, portanto, no último quartel do século XVIII e – segundo a cronologia encontrada em *O Capital* – domina daí em diante.

A manufatura origina-se do artesanato, mas virá a ser a sua negação histórica. O seu papel consiste em contrariar o caráter pessoal e independente do trabalho do artesão que produzia em condições tradicionais, no tempo e no ritmo determinados pelo caráter específico do valor de uso. Seja por composição seja por decomposição de antigos ofícios autônomos, a manufatura, depois que nasce, vem a ser um “mecanismo de produção, cujos órgãos são os seres humanos” (Marx, 1983A, p. 268). E esse mecanismo surge historicamente como mecanismo capitalista: todo o processo de produção encontra-se já orientado pelo princípio de que é preciso diminuir constantemente o tempo de trabalho empregado na produção de mercadorias – ou, o que é o mesmo, é preciso fazer crescer sempre a produtividade do trabalho concreto.

A manufatura é um empreendimento social plenamente capitalista. Nela, entretanto, ainda não se dão as melhores condições para a formação do valor. Os trabalhadores vendem normalmente a sua força de trabalho para os capitalistas e, por isso, encontram-se já submetidos formalmente ao capital. Este controla as condições gerais da produção, organiza o processo tendo em vista a obtenção de lucros e, ao submeter uma grande quantidade de trabalhadores, já os transforma em coletivo. Mas ele não controla ainda o modo de trabalhar, ou seja, o processo de trabalho propriamente dito. Os trabalhadores estão submetidos à disciplina do órgão coletivo de trabalho, mas os trabalhos concretos que executam ainda não estão perfeitamente dominados pelo tempo homogêneo, pelo tempo do relógio. Em consequência, os trabalhos individuais que cumprem funções parciais no sistema de trabalho e, assim, se complementam uns aos outros, ainda mantém certa plasticidade. Pois, como explica Marx, “a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo do instrumento” (Marx, 1983A, p. 269). Com essa base técnica, a produção capitalista deixa de se configurar plenamente à norma mecanicista, um ideal social que é inerente ao sistema capitalista e à sociedade moderna, o qual só será realizado com melhor aproximação apenas na grande indústria.

A divisão do trabalho manufatureira imprime ao processo social de produção um caráter notavelmente discriminante: por um lado, retira dos trabalhadores o domínio sobre os meios de produção e, em particular, sobre os meios de trabalho; por outro, à medida que se desenvolve, desqualifica os trabalhadores por tornar desnecessários os conhecimentos técnicos e artísticos exigidos nas atividades artesanais, bem mais complexas. Conforme a alçada dos trabalhadores se concentra nos detalhes, eles empobrecem como seres humanos, pois se tornam peritos em determinadas tarefas, as quais se obrigam a repetir por toda uma vida. As competências intelectuais necessárias à produção mudam e se deslocam das pessoas para a organização coletiva de trabalho, tornando-se propriedade dos capitalistas. “O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam” (Marx, 1983A, p. 283). A manufatura, como diz Marx, mutila o trabalhador ao transformá-lo em trabalhador parcial; entretanto, ela apenas inicia um processo mais amplo que se completará na grande indústria, pois esta última virá para “separar do trabalho, a ciência como potência autônoma, para fazê-la servir ao capital” (Marx, 1983A, p. 283-284).

Para explicar a passagem da manufatura para a grande indústria, Marx menciona que as bases técnicas da primeira, conforme se desenvolvem, entram em contradição com as necessidades da produção que ela própria cria. Observa-se, então, uma inadequação entre as relações de produção e as forças produtivas. A subsunção formal e “real” trazida pela manufatura se mostra insuficiente para atender as necessidades do processo produtivo coletivo. Eis que permite ainda certa resistência dos trabalhadores, a qual se assenta precisamente em certo domínio que eles ainda detêm sobre o processo de trabalho. A falta de disciplina dos trabalhadores confronta uma organização da produção que se torna cada vez mais regular e sistêmica, em que as menores atividades devem estar muito bem coordenadas para que tudo funcione. A solução para essa contradição é, porém, preparada pela própria manufatura: ao simplificar as tarefas, ela cria as condições para a progressiva introdução de máquinas nos processos de produção em geral. E essa mudança vai alterar também o modo de produzir, permitindo a relação de capital avançar com base em novas e mais eficientes formas de dominação.

A máquina, apreendida do ponto de vista da economia política, se reduz à máquina de trabalho que opera com ferramentas. Esta é introduzida nos processos de produção para substituir o operar humano e, em particular, o trabalho das mãos do homem. De início, segundo Marx, a máquina “executa com as suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (Marx, 1983B, p. 9). A condição necessária para que possa ser aí introduzida é que o trabalho feito pelo homem já tenha sido simplificado e transformado em um operar mecânico, ou seja, em uma sequência de operações que podem ser descritas, em princípio, por meio de um algoritmo. Ora, a transformação progressiva do trabalho em rotina, como se sabe,

foi algo proporcionado pelo desenvolvimento da manufatura. Quando há alguma substituição de homem por máquina num processo produtivo qualquer, cabe doravante aos trabalhadores restantes fazerem o que o maquinismo ainda pode fazer porque a atividade adicional necessária, intrínseca ou complementar, ainda é muito complexa ou porque essa atividade exige, para prosseguir, que pequenas decisões originais sejam tomadas – as quais, evidentemente, nunca poderão ser feitas pelas próprias máquinas.

A introdução de máquinas tem um duplo efeito na condição do trabalhador: por um lado, libera-o de certos afazeres puramente mecânicos – ainda que sobreem ainda muitos e que novos sejam criados –, mas, por outro, ele é atrelado a um processo automático global que não controla e que se levanta frente a ele como um enorme monstro maquinal. Segundo Marx, na passagem da manufatura para a grande indústria o princípio subjetivo da divisão do trabalho, segundo o qual “embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adequado ao trabalhador” (Marx, 1983B, p. 13), vem a ser destituído. O modo de produzir da grande indústria está caracterizado pelo fato de que o processo de produção configura-se como um grande autômato.⁷ No lugar do princípio anterior é, então, colocado um princípio objetivo de divisão do trabalho, o qual obriga o trabalhador a se transformar em uma peça (ainda que inteligente) do sistema de máquinas. Por isso mesmo, Marx diz que na grande indústria o trabalho torna-se plenamente subsumido não só formalmente, mas realmente ao capital.

É crucial observar aqui que, nessa passagem para a grande indústria, conforme o mesmo autor, não apenas a força humana é substituída por forças naturais nos processos de produção, mas também que as rotinas empíricas herdadas são substituídas por aplicações conscientes das ciências naturais. Doravante, em consequência, os conhecimentos técnicos e científicos necessários para tocar os processos produtivos deverão certamente ficar sob o controle indireto do capitalista ou da gerência capitalista; porém, na condição própria de saberes, não serão mais detidos globalmente por ninguém em particular, seja este um trabalhador operacional, um técnico ou mesmo um engenheiro. A grande indústria, ao se configurar como modo de produzir orientado cientificamente, particiona o domínio cognitivo sobre o processo da produção; em consequência, hierarquiza, necessariamente, a força de trabalho como um todo e cria, ao mesmo tempo, o que Marx denominou já em seu tempo de “intelecto geral”. A divisão do trabalho e o escalonamento das forças produtivas não dependem mais da virtuosidade dos trabalhadores, mas do conhecimento técnico e tecnológico, sempre parcial e muito minucioso, de etapas menores ou maiores do processo de produção.

Para Marx, com a grande indústria, o processo de produção se torna especificamente capitalista. “O próprio autômato é o sujeito” – diz ele – “e os operários são apenas seus órgãos

conscientes” (Marx, 1983B, p. 40). Mas o que isto implica especificamente para a formação do valor?

A grande indústria, ao alcançar à máxima anulação possível do papel da subjetividade tradicional nas etapas da produção, submete os trabalhadores a uma disciplina férrea e, desse modo, passa a controlar de maneira rígida o tempo de trabalho concreto necessário para a execução das tarefas fabris. Na história avançada da grande indústria, já no século XX, a medição dos tempos e dos movimentos concretos dos trabalhadores operacionais e mesmo de escritório torna-se uma mania empresarial e um imperativo da concorrência capitalista. O controle sistemático da atividade visa, assim, aumentar a produtividade do trabalhador individual, aproveitando ao máximo o seu tempo dedicado à fábrica, e do conjunto dos trabalhadores, coordenando-os adequadamente. Em ambos os casos, trata-se de reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria.

O fundamento técnico da divisão do trabalho industrial tende a tornar os tempos de trabalho concretos estritamente mensuráveis e adequadamente mensurados pelo tempo mecânico, pelo tempo do relógio. Nesse sentido, estabelece as melhores condições para a formação do trabalho abstrato e do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadoria. A medida ‘valor’ do trabalho mostra-se, por isso, adequada à regulação da produção como um todo – mesmo sendo o seu custo social e ecológico muito alto. Ao mesmo tempo, a grande indústria se aproxima ao máximo da realização da finalidade imanente do modo de produção capitalista, qual seja ela, a dominação sem freio do mundo por meio da racionalidade instrumental. Essa racionalidade não é mais, entretanto, do que expressão na esfera sociocultural do domínio do capital na esfera econômica da sociedade.

Deposição do valor

Tal como ocorreu no período manufatureiro, no correr do desenvolvimento da grande indústria, ainda no interior do capitalismo, também surge uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Esta se manifesta porque, com a criação dos sistemas de máquinas, com o aumento do tamanho dos autômatos industriais e o aparecimento das fábricas gigantes, desenvolvem-se amplamente os sindicatos de trabalhadores que oferecem uma resistência maciça ao domínio do capital. Mesmo se lhe fazem oposição por meio de ações e greves meramente reivindicatórias, impedem o aumento da taxa de mais-valia mesmo quando a taxa de lucro está pressionada pelo aumento da composição orgânica do capital. A resposta usual – ainda que não única – dada pela grande indústria a essa situação vem a ser, como sempre, a substituição de trabalhadores por mais máquinas.⁸ E este processo muda de maneira substantiva quando são criadas as máquinas computacionais em geral – as máquinas que “pensam”. Pois, esse aperfeiçoamento

tecnológico, que pode passar a comandar operatrizes de vários tipos, vem permitir maquinizar maciçamente rotinas e processos industriais em geral, mesmo quando estes são algoritmicamente muito complexos.

Ora, essa transformação técnica e tecnológica, por sua vez, cria uma tendência para que apenas o trabalho decisório, corretivo, emocional ou mesmo criativo fique ao encargo dos trabalhadores. Entretanto, quando ela ocorre, isto não significa de modo algum que os trabalhadores se libertam da relação de capital; ao contrário, eles continuam a atuar como meros “órgãos mentais” do sistema de produção do capital, cada vez mais automatizado. Por isso mesmo, permanecem como membros conscientes – e alienados – de uma organização que lhes é estranha e que os oprime. Ademais, se essa transformação traz já certa desformação da lei do valor, também é verdade que não representa e não pode representar a sua superação efetiva como regulador da atividade produtiva.

Chama-se de pós-grande industrial o modo de produzir que já se apropriou dessa transformação tecnológica. No interior do sistema capitalista ainda em evolução, este modo se caracteriza ainda pela subsunção real do trabalho ao capital, mas, ao invés de estritamente material, a subordinação tende a se tornar nomeadamente intelectual. Pois, o controle dos trabalhadores libertos, em parte pelo menos, das rotinas da fábrica e do escritório não pode mais ser feito estritamente por meio do relógio, mas requer também outras técnicas que buscam obter a adesão ideológica do trabalhador ao ideal mercantil da empresa capitalista.

É nessa perspectiva que se deve ler – sugere-se aqui – o famoso trecho dos *Grundrisse* em que Marx aponta para certo esgotamento estrutural do modo de produção capitalista. Ele reafirma aí, primeiro, que os limites do valor são os limites do capitalismo: “a troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, isto é, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor”. Menciona, então, enfaticamente, que “o seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como fator decisivo da produção de riqueza”. Mas indica que uma transformação de quantidade em qualidade também ocorre no desenvolvimento desse processo histórico: “à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho”. Adiciona, então, que esse poder “não tem nenhuma relação como o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção” (Marx, 2011, p. 588-589).

Ora, assim se vê que o aumento progressivo da produtividade do trabalho gera uma transformação qualitativa que tem duas manifestações notáveis. Em primeiro lugar, o tempo de trabalho concreto se torna inadequado para medir sistemicamente a produção de riqueza efetiva, pois passa a se observar uma “tremenda desproporção [quantitativa, obviamente] entre o tempo de trabalho empregado e o seu produto”. Em segundo lugar, passa a se observar também uma “desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona”, ou seja, verifica-se que o trabalho abstrato se torna inadequado para regular a produção mesmo se ainda prevalece a produção de mercadorias. Em consequência dessa transformação, tornam-se já bem visíveis, os limites do valor e do capitalismo:

Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida (...) (Marx, 2011, p. 588).

Já chegando ao final, cabem agora duas observações importantes. Como a tendência ao esgotamento estrutural já está se manifestando contemporaneamente em certas esferas da produção industrial, a primeira observação vem afirmar, junto com diversos outros autores, que ela não é capaz de trazer por si mesma a superação no capitalismo. Este só deixará de existir historicamente por meio das lutas sociais que visem a sua superação. E, entre essas, as pelejas dos trabalhadores continuam tendo um papel fundamental. A segunda observação vem dizer que se há uma tendência para suprimir o trabalho puramente operacional em certas atividades produtivas, em especial nos países de capitalismo avançado, há também tendências contrárias e estas se fazem valer mundialmente. A primeira delas é que os modos de produzir já superados nesses últimos países podem ser retomados nos países de capitalismo retardatário, alargando assim a possibilidade de empregar novos trabalhadores industriais. Ademais, novas atividades consumidoras de força de trabalho podem surgir e de fato surgem nas próprias economias avançadas e mesmo nas dependentes, por exemplo, nos setores prestadores de serviços.⁹

Ademais, é preciso mencionar que as atividades produtivas que já entraram na era pós-grande industrial podem se beneficiar de uma troca desigual com as atividades ainda presas ao modo de produzir da grande indústria. Assim, mesmo se não são capazes de gerar mais-valia em

grande montante para remunerar o capital aí empregado, conseguem obter uma massa de lucro suficiente para garantir o seu próprio nível de lucratividade e, assim, a sua própria viabilidade enquanto produção capitalista. Ora, ao tornar possível a existência de processos tecnologicamente avançados, a troca desigual contribui para a sobrevivência do capitalismo. Mas ele não vai durar para sempre...

De todo modo, a luz do socialismo já brilha, ainda que bem fracamente, no fim do túnel do capitalismo. Mas, o que se enxerga aí, afinal? Não muito mais do que havia visto Marx em sua obra madura (Hudis, 2012), em particular, na *Crítica do Programa de Gotha* (Marx, 1977). No modo de produção pós-capitalista – ou socialista – os trabalhadores se associam livremente em cooperativas de trabalho para produzir bens e serviços que atendem às necessidades da população em geral. Para tanto, eles terão de se unir em unidades de produção, maiores ou menores, que operam de modo descentralizado e que são reguladas, na margem, de maneira homeostática pela oferta e pela demanda. Ao contrário da compreensão vigente, no socialismo não poderá haver planejamento centralizado, pois este é apenas consistente com a transformação da sociedade numa grande fábrica, eventualmente dirigida por um partido-estado. Como se bem sabe hoje, este não é um caminho para a liberdade e autonomia do ser humano, mas para uma nova forma de dominação.

No modo de produção cooperativo e socialista haverá – isto sim – planejamento democrático escalonado, um modo de organização da produção e da distribuição que opera de baixo para cima e de cima para baixo, respeitando os diversos níveis de interação da sociedade. O processo de produção e circulação de bens e serviços não estará mais regido pelo trabalho abstrato e pelo valor; na economia socialista não haverá, por isso, nem mercadoria e nem dinheiro e, portanto, muito menos compra e venda da mercadoria força de trabalho. Ao contrário, como as relações sociais de produção serão associativas e voltadas exclusivamente para a produção de valores de uso, as relações de repartição e distribuição serão diretas, explícitas e transparentes. Para resolver o problema da complexidade interacional da sociedade futura na esfera econômica, as relações sociais travadas nas unidades de produção e além delas terão de estar baseadas em convenções sociais postas democraticamente. A remuneração do trabalho e a circulação de bens e serviços serão ser mediadas por senhas que expressam a contribuição do trabalho concreto individual para o produto social – não, porém, como trabalho socialmente necessário. A regulação da produtividade deixa de ser cega e sistêmica para se tornar uma questão de ética do trabalho social. A organização da produção como um todo estará se baseará em um sistema de contabilidade social em que as cifras expressam tempo de trabalho concreto – e não mais essa realidade fantasmática e obscura que é o ‘valor’.

Referências

- Antunes, Ricardo – Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: *Infoproletários – degradação real do trabalho virtual*, ed. R. Antunes e R. Braga. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- Carchedi, Guglielmo – *Behind the crisis – Marx's dialectics of value and knowledge*. Chicago: Haymarket Books, 2011.
- Fausto, Ruy – A "pós-grande indústria" nos Grundrisse (e para além deles). In: *Lua Nova*, Nov. 1989, nº 19, p. 47-68.
- _____ – *Marx: lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983, tomo I.
- Hudis, Peter – *Marx's concept of the alternative to capitalism*. Leiden e Boston: Brill, 2012.
- _____ – Directly and indirectly social labor: what kind of human relations can transcend capitalism? In: U. S. Marxist-Humanists. Arquivo de internet.
- Marx, Karl – *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____ – *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural: volume I, tomo 1, 1983A; volume I, tomo 2, 1983B.
- _____ – *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural: volume III, tomo 1, 1983C.
- _____ – *Para a crítica da Economia Política*. In: Marx – Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____ – *Critique of the Gotha Programme*. New York: International Publishers, 1977.
- Postone, Moishe – Rethinking Capital in light of the Grundrisse. In: *Karl Marx's Grundrisse – Foundations of the critique of political economy 150 years later*. Ed. Marcelo Musto. Londres: Routledge, 2008.
- _____ – Critique and historical transformation. In: *Historical Materialism*, vol. 12, nº 3, 2004, p. 53-72.
- McNally, David – *Global slump – the economics and politics of crisis and resistance*. USA: PM Press, 2011.
- _____ – The dual form of labour in capitalist society and the struggle over meaning: comments on Postone. In: *Historical Materialism*, vol. 12, nº 3, 2004, p. 189-208.
- _____ – Beyond the false infinity of capital: dialectics and self-mediation in Marx's theory of freedom. In: *New dialectics and Political Economy*, ed. R. Albritton e J. Simoulidis. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2003.

Moraes Neto, Benedito – *Século XX e trabalho industrial – taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.

Roberts, Michael – *The great recession – profit cycles, economic crisis –a Marxist view*. USA: Michael Roberts, 2009.

Notas:

¹ Neste texto, o termo ‘valor’, escrito assim, é usado enfaticamente para se referir ao valor no capitalismo; já “valor”, escrito entre aspas duplas, é empregado para falar do valor antes do capitalismo; neste segundo caso, emprega-se também como sinônimo o termo proto-valor.

² O esforço aqui, precisamente, se nutre de dois textos publicados em *Marx: Lógica e Política*. São eles: ‘*Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor*’ e ‘*Circulação de mercadorias, produção capitalista*’.

³ A tese de que a teoria do valor de Marx só se aplica ao modo de produção capitalista foi defendida por alguns autores na tradição marxista. Aqui importa registrar que foi assim tratada por Ruy Fausto já em 1983, no texto *Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor* (Fausto, 1983). Mas esse modo específico de expressá-la, ou seja, sugerindo que Marx formulou, na verdade, uma teoria do trabalho como valor no capitalismo e não uma teoria do valor-trabalho em geral, é da lavra de Postone (2004, 2008).

⁴ O trabalho não é puro gasto de energia humana. É também, evidentemente, uma atividade significativa capaz de plasmar significados na realidade social.

⁵ Moishe Postone é um autor que deu uma grande contribuição para a compreensão de Marx, principalmente em língua inglesa. Tornou evidente que o autor de *O Capital* desenvolveu – para falar como ele próprio – uma crítica do trabalho no capitalismo e não uma crítica do capitalismo a partir do trabalho, entendendo este de um modo só transistórico. Mas a pertinência dos esclarecimentos de Postone também tem os seus limites e estes foram apontados por vários autores. Aqui se indica que a crítica de Postone feita por David McNally se afigura correta (McNally, 2003, 2004).

⁶ Na *Introdução de 1857*, Marx afirma que “esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos”, ou seja, não é uma abstração subjetiva. Em sequência, indica que essa abstração se manifesta na realidade efetiva: “a indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado de trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente”. Mas, ao mesmo tempo, menciona que nessa sociedade o trabalho concreto já se mostra adequado para que a redução aconteça: “a indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais” (Marx, 2011, p. 57-58).

⁷ A tese de Marx segundo a qual a grande indústria é caracterizada pelo fato de que o processo de produção se transforma num processo automatizado no qual o trabalhador encontra-se inserido como uma “peça” não é bem compreendida por Moraes Neto. Por isso, ele sustenta que o processo de produção fordista, isto é, a linha de montagem, é uma mera continuação da manufatura (Moraes Neto, 2003, p. 22). Marx caracteriza “a grande indústria [pelo fato de que] tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material” (Marx, 1983B, p. 17). Ora, a divisão do trabalho na fábrica fordista não está presa à virtuosidade do trabalhador, mas pelo funcionamento da esteira rolante – que é, aliás, uma grande máquina.

⁸ Na crise dos anos 70 do século XX, a busca da recuperação da taxa de lucro produziu uma verdadeira reestruturação global do modo de produção capitalista cujos contornos foram discutidos, por exemplo, por McNally (2011) e Roberts (2009).

⁹ Essa expansão, entretanto, não está seguindo o modelo de integração sistêmica dos trabalhadores em fábricas, característico da grande indústria dos séculos XIX e XX – integração essa que criou o chamado proletariado industrial –, mas parece estar gerando um novo modelo de subordinação do trabalho ao capital, o qual está largamente baseado no trabalho precário (Antunes, 2009).